

A TRANSITIVIDADE VERBAL NA LÍNGUA PORTUGUESA: UMA INVESTIGAÇÃO DE BASE DISCURSIVA*

Célia Brito
Universidade Federal do Pará

- **RESUMO:** Neste artigo, buscam-se, em textos escritos de gênero não especificamente narrativo, as bases para o estudo da transitividade verbal na língua portuguesa, nos estudos funcionalistas desenvolvidos por Du Bois (1985, 1987) acerca da Estrutura Argumental Preferida (EAP) da língua sacapulteco, do grupo maia de Guatemala. Verifica-se que na língua portuguesa o falante **escolhe** os argumentos básicos do verbo consoante a categoria morfológica, a função sintática e pragmática que esses argumentos apresentam no fluxo de informação, e que a EAP dessa língua não está relacionada com a modalidade de expressão, mas, sim, com o tipo de gênero de texto.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Estrutura-Argumental-Preferida; Transitividade Verbal; Língua Ergativa.

Pretendemos neste artigo apresentar as bases discursivas da transitividade verbal na língua portuguesa. Para tanto, determinamos a configuração morfológica, sintática e pragmática dos argumentos diretos do verbo em frases transitivas, intransitivas e copulativas dessa língua. Os argumentos diretos do verbo aqui considerados são o Sujeito, o Objeto direto e o Objeto indireto, esse último apenas quando corresponde ao segundo argumento, como o SN *de bolo* na ocorrência (1) a seguir.

(1) Mariana gosta *de bolo*.

* Este artigo apresenta parte das considerações feitas sobre a base discursiva da transitividade verbal na língua portuguesa, na tese de doutoramento da autora (1996).

Partimos da hipótese de que os argumentos diretos do verbo se apresentam sob forma lexical ou não-lexical, em frases transitivas, intransitivas ou copulativas, por uma exigência dos propósitos comunicacionais do falante concernentes ao fato de a informação ser *nova* ou *dada* no discurso. A categoria morfológica e a função sintática desses argumentos determinam, assim, a *Estrutura Argumental Preferida* (EAP daqui em diante) da língua portuguesa. Consideramos que uma estrutura argumental é preferida se é mais usada no discurso.

Investigamos, portanto, a transitividade verbal segundo a EAP que a língua portuguesa no discurso apresenta. Sendo essa língua do tipo nominativo X acusativo, concebemos que seu sistema de transitividade verbal é marcado pela presença do Sujeito e do Objeto – e não pela presença de caso semântico ou de caso morfológico – e que, não obstante isso, apresenta também frases intransitivas. O esquema apresentado por Givón (1984, p.148) sobre o sistema de transitividade verbal das línguas nominativas X acusativas serve para elucidar como o sistema de transitividade verbal da língua portuguesa é considerado nesta pesquisa.

	Código Nominativo	Código Acusativo
Frase intransitiva	SUJEITO	
Frase transitiva	SUJEITO	OBJETO

Concebemos que para investigar a base discursiva da transitividade verbal na língua portuguesa necessário se faz considerar o relacionamento das funções sintáticas dos argumentos diretos do verbo com suas funções morfológicas (lexical X não-lexical) e pragmáticas (dado X novo) que se processam no discurso, porquanto é com base nesses relacionamentos que podemos saber por que:

– o falante de língua portuguesa usa em seu discurso frases transitivas, frases intransitivas e frases copulativas;

– o sujeito dessas frases e o objeto de frase transitiva tendem a se apresentar no discurso sob forma lexical X não-lexical.

Procedemos dessa forma, seguindo o caminho que Du Bois (1985, 1987) percorre quando investiga a base discursiva da ergatividade na língua sacapulteco do grupo maia, da Guatemala, embora reconheçamos que a língua portuguesa, diferentemente da língua sacapulteco, é uma língua do tipo nominativo X acusativo. Os princípios funcionalistas, portanto, que embasam as investigações de Du Bois são os mesmos que norteiam nossa pesquisa.

1 Princípios funcionalistas definidos por Du Bois

Para Du Bois *motivações em competição* operam nas línguas e essas motivações indicam que certos fenômenos lingüísticos podem ser determinados por fatores metagramaticais. Assim sendo, as gramáticas são influenciáveis por pressões externas ao sistema, o que equivale dizer que as línguas também devem ser vistas como *sistemas adaptativos* (correspondem às pressões externas ao sistema). Du Bois considera que o estruturalismo autônomo é limitado, pois, embora garanta a continuidade dos fatos gramaticais, reconhece apenas forças de motivações internas ao sistema; por outro lado, Du Bois considera também que o funcionalismo transparente é falho, porquanto não dá conta de fixar, na língua, as categorias “gramaticizadas” que se mantêm para serem retomadas pelos falantes.

Tentando, portanto, conciliar o estruturalismo e o funcionalismo, Du Bois busca para a lingüística uma orientação que reconheça ao mesmo tempo a interação sistemática das motivações internas e externas que operam na língua. Dessa forma, tanto o princípio da *arbitrariedade* do signo lingüístico, considerado pelo estruturalismo clássico, quanto o princípio da

iconicidade, ressaltado pelo funcionalismo transparente, devem ser observados, como forma de se explicar a conexão daquele signo com fatos do mundo externo.

As investigações de Du Bois basearam-se em ocorrências lingüísticas observadas em narrativas orais e individuais de falantes do sacapulteco. Os relatos desses falantes referem-se a um filme ("The pear stories"), sem diálogo, a que assistiram, que apresenta uma cena de uma criança roubando peras e também o que aconteceu a essa criança posteriormente a esse ato. Esse filme serve para coletar material narrativo de elicitación controlada em alguma língua¹.

Esse procedimento metodológico se justifica pelo fato de, sob condições de elicitación em que cada frase é produzida isoladamente, ser mais provável falantes usarem dois argumentos lexicais, e, sob condições de elicitación em que as frases são vistas em discurso conectado, ser mais provável falantes usarem apenas um argumento lexical. Du Bois com essa consideração deixa claro que é no discurso que, de fato, se define o número de argumentos preenchidos lexicalmente na frase, e é no discurso, também, que se pode observar que algumas estruturas são preferidas pelos falantes e que esta preferência é altamente significativa para a gramática de uma língua.

Percebemos, então, que Du Bois, embora tenha pesquisado, na língua sacapulteco, a distribuição dos argumentos em frases, não considerou essas realizações

¹ Vários trabalhos já foram realizados tendo por base o filme "The pear stories". "A comparative analysis of oral narrative strategies: Athenian Greek and Amsterdam English" (Tannen), "Factors influencing lexical choice in narrative" (Downing), "Referential choice in English and Japanese narrative discourse" (Cancy), "Beyond definiteness: the trace of identify in discourse" (Du Bois), "Subjecthood and consciousness" (Bernardo). Esses trabalhos consideram o discurso narrativo como meio relevante para o estudo da consciência (apud Chafe, 1980).

lingüísticas como estanques, mas, sim, como construções conectadas no discurso, pois a EAP tem a ver com o *número* de SNs em uma frase e com a *função* pragmática dos papéis sintáticos que esses SNs desempenham no discurso. Daí Du Bois (1987, p.823) dizer que "*a EAP não é uma conseqüência do discurso, mas uma preferência do discurso que repercute na estrutura sintática*". Dessa forma, Du Bois pôde valer-se, em sua análise, de categorias textuais e pragmáticas referentes à estrutura do discurso, como relações referenciais entre argumentos, bem como relações entre informação dada X nova, por exemplo, para justificar aquela preferência.

Assim sendo, Du Bois considera que a dicotomia *transitividade X intransitividade* verbal, nessas línguas, se verifica na estrutura superficial pelo contraste entre o estatuto *ergativo X absoluto*, que distingue as funções gramaticais referenciadas pelos verbos, ergativamente (sujeito de verbo de frase transitiva) e absolutivamente (sujeito de verbo de frase intransitiva e objeto de verbo de frase transitiva)² e pelo sujeito de predicado não-verbal.³

² Nesta pesquisa, consideramos as frases de predicado não-verbal no mesmo grupo das intransitivas (Ver explicação à página 147).

³ Givón (1984) caracteriza o sistema de transitividade das línguas *ergativas X absolutivas* da mesma forma que Du Bois, pois diz que, nessas línguas, o sistema de transitividade é que vai determinar a marca morfológica que o sujeito e o objeto devem apresentar. O sujeito de frase transitiva recebe o marcador ergativo enquanto o sujeito de frase intransitiva bem como o objeto de frase transitiva recebem a marca de caso absoluto. Compreende-se, portanto, que, nas línguas ergativas, o que é suficiente para classificar a frase como transitiva é a *presença de objeto direto*, e não o fato de o sujeito ser agente. Givón (1984, 151) apresenta o seguinte esquema de marca ergativo X absoluto:

	Código Ergativo	Código Absoluto
Frase Intransitiva		SUJEITO
Frase Transitiva	SUJEITO	OBJETO

Na análise do *corpus* de sua pesquisa, Du Bois (1987, p.814-17) assume que os argumentos apresentam as seguintes características: tipo morfológico, classe semântica inerente do referente, função gramatical e *status* de ativação.

– Tipo morfológico

Du Bois, concebendo como Chafe (1987) que a categoria morfológica do SN tem implicações discursivas, considerou os argumentos básicos (Sujeito e Objeto Direto) que se apresentam na frase sob forma tanto lexical quanto não-lexical.

– Classe semântica inerente do referente

Du Bois classificou os referentes, considerando os traços [+humano] ou [-animado]. As menções referentes às partes do corpo foram consideradas com o traço [-animado].

– Função gramatical

Cada argumento foi classificado, segundo as funções sintáticas de sujeito de verbo intransitivo, sujeito de verbo transitivo e objeto de verbo transitivo.

– *Status* de informação

Cada item lexical foi classificado, segundo as funções pragmáticas *dado* e *novo*, que determinam o fluxo de informação.

Para tratar dessa última característica dos argumentos, Du Bois recorre aos três tipos de conceito que Chafe (1987) classificou: *ativo*, *inativo* e *semi-ativo*. Du Bois, entretanto, considerando a natureza dos dados de sua pesquisa, os nomeia, usando, respectivamente, os termos tradicionais *dado*, *novo* e *acessível*. Chafe considera como *ativo*, o conceito que já é conhecido pelo ouvinte, ativado, portanto, em sua memória (memória recente); como *inativo*, o conceito novo, ainda não

Sobre o sistema de transitividade das línguas ergativas X absolutivas, Dik (1989, p.105) considera também que essas línguas são marcadas pela (in)transitividade do predicado e não pelas funções semânticas dos seus argumentos.

ativado na memória do ouvinte (memória remota); e como *semi-ativo*, o conceito que faz parte do conhecimento periférico do ouvinte e, assim, é facilmente focalizado por este. Du Bois (1987), por seu turno, considera como *dado* a entidade mencionada previamente, ou o referente relativo a algo ou a alguém que se faz presente no contexto situacional, como o falante e o ouvinte, por exemplo; considera como *novo* algo relativo a um referente que não foi mencionado ou apresentado previamente (não pode ser, portanto, o falante, o ouvinte ou um *frame*); e considera como *acessível* algo que faz parte de um *frame* ou entidade evocados previamente há pelo menos vinte unidades entonacionais. Não obstante conceber os três conceitos acima, em sua pesquisa, Du Bois contrasta *novo X não-novo (dado)*, porquanto considera que o conceito *acessível* parece condizer com o conceito de *dado*.

1.1 Caracterização sintática dos argumentos diretos do verbo

A hipótese defendida por Du Bois (1987, p.837) é que há uma base discursiva da ergatividade, ou seja, o Sujeito de frase intransitiva e o Objeto de frase transitiva, em outras palavras, as categorias absolutivas das línguas ergativas, se apresentam estatisticamente mais frequentes no discurso sob forma de SN lexical, e esse fato se relaciona com a transmissão da informação nova. Du Bois vê a possibilidade de essa hipótese ser estendida a outros tipos de língua, bem como a outros gêneros de texto, além do narrativo. Evidenciamos, na exposição de Du Bois, que essa distribuição dos argumentos do verbo, além de poder ocorrer em textos expressos na terceira pessoa, pode ocorrer também em textos em que os interlocutores usam a primeira e a segunda pessoas. Du Bois deixa claro, no entanto, que o primeiro tipo de texto parece favorecer mais essa distribuição do que o segundo.

A grande incidência, no discurso, de SN lexical relacionado a Sujeito de frase intransitiva e a Objeto de frase transitiva e não a Sujeito de frase transitiva, de acordo com Du Bois, revela, portanto, uma estruturação gramatical que é estatisticamente preponderante em sacapulteco. Essa estrutura sintática superficial do sacapulteco não corresponde, segundo Du Bois, a uma regra variável (no sentido da sociolinguística laboviana), porquanto tal estrutura não evidencia que os falantes do sacapulteco atualmente estejam preferindo uma estrutura e preterindo outras pelo fato de certos fatores de natureza sócio-cultural condicionarem uma variação linguística. A preferência de uma estrutura em detrimento de outras é verificável apenas no discurso, como uma decorrência da relação de contigüidade das frases, no uso da língua.

Por ter observado que o verbo acompanhado de argumento absolutivo é o padrão preferido para abrir a ocorrência de argumentos lexicais no discurso, Du Bois sugere que a estrutura sintática superficial do sacapulteco pode ser expressa pelo esquema VNP {so⁴}: Verbo acompanhado de um Sintagma Nominal, *S* ou *O*.

Du Bois expõe também a consideração de que o fato de *A*, em sacapulteco, comumente ser expresso sob forma não-lexical vem corresponder à *Restrição de A não-lexical*, que pode ser entendida como *Evite A lexical* e o fato de o Objeto de frases transitivas comumente ser o único argumento expresso sob forma lexical vem corresponder à *Restrição de um argumento lexical por frase*, que, por sua vez, pode ser entendida como *Evite mais que um argumento lexical por frase*. Percebemos,

⁴ Du Bois adota os mesmos símbolos que Dixon (1979) adotou para referir-se ao sujeito de frases intransitivas (*S*), ao objeto de frases transitivas (*O*) e ao sujeito de frases transitivas (*A*). Em sua pesquisa, Du Bois considera que a classe *S* representa sujeitos tanto de verbo intransitivo quanto de verbo copulativo (*ser*, *estar*, por exemplo). Aqueles símbolos serão usados também, a partir de agora, em nossas considerações.

assim, que a conjugação da *Restrição de A não-lexical* com a *Restrição que prevê um argumento lexical por frase* é que Du Bois chama de EAP.

Essas restrições da EAP estão intimamente relacionadas, uma é conseqüência da outra: se há restrição da ocorrência de *A não-lexical*, então é mais provável que a ocorrência lexical se verifique em um só argumento, e este é *O*. Decorre desse fato, portanto, que ambas definem a categoria morfológica superficial da função sintática dos argumentos que são estatisticamente mais realizados nas frases das línguas.

1.2 Caracterização pragmática dos argumentos diretos do verbo

Vimos que a EAP reflete a estrutura sintática preponderante que ocorre no discurso, e essa estrutura tem a ver com a introdução da informação *nova*. A gerência da distribuição da informação é, assim, fundamentalmente observável também no discurso e, conseqüentemente, tem efeito na estrutura sintática das frases de uma língua. Isso implica dizer que a estrutura sintática revela uma preferência discursiva e, portanto, a estrutura das frases não decorre de uma exigência morfosintática da língua. A conclusão a que se chega é que a dimensão pragmática da EAP, desse modo, procura dar conta das razões que levam o falante a escolher itens lexicais como *S* e *O* e não como *A*.

Verificamos que Du Bois observou em sacapulteco, assim como outros também observaram em realizações orais de outras línguas ergativas (England & Martin, 1986) ou não (Dutra, 1987; Ashby & Bentivoglio, 1993; Neves, 1994b), que a função *nova*, pelo fato de se apresentar mais comumente em itens lexicais na função de *S* e *O*, e não na de *A*, está intimamente relacionada com a continuidade do tópico, no discurso narrativo. Dessa forma a EAP dessas línguas não surge

arbitrariamente, pois decorre do fluxo de informação dos argumentos lexicais no discurso.

É da seguinte maneira que Du Bois justifica que a escolha de itens lexicais ou não-lexicais por falantes da língua sacapulteco reflete intenções discursivas e por que *A* e não *O* se apresenta freqüentemente sob forma não-lexical.

Sabemos que Du Bois observou o fluxo de informação em textos narrativos. Também sabemos que uma das características desses textos é promover a manutenção do tópico e que essa função discursiva se manifesta em *A*. O tópico geralmente diz respeito a personagens que tendem a se apresentar no discurso como agentes de frases transitivas e ocupam, assim, a posição de *A*. Esses personagens, na continuidade do discurso, várias vezes são mencionados, e, dessa forma, constituem informação *dada*. Em vista de a informação dada comumente se apresentar em *A* sob forma não-lexical, a informação *nova* vai estar, na maioria das vezes, em *O*, o qual, desse modo, vai estar expresso sob forma lexical. Observamos, na ocorrência (2), a seguir, que o tópico (*A*) é um personagem (*um jovem chamado M. de la Tour*), o qual é mantido nas frases subseqüentes por *A* não-lexical.

(2) *Em 1726, um jovem chamado M. de la Tour, após Ø ter solicitado, em vão, ocupação na França e apoio em sua família, Ø resolveu ir àquela ilha em busca de fortuna. Ø Levou consigo uma jovem, que ele amava muito.*

(Saint-Pierre, Bernardin, 1988, p.9)

Na posição de *O*, ocorrem itens que se referem a seres *pacientes*. Assim sendo, esses não são tidos como tópicos e, conseqüentemente, não se apresentam repetidos com freqüência (por uma exigência da continuidade do discurso), em frases contíguas, com função de Objeto ou com outra função sintática. O máximo que *O* se repete, segundo Du Bois, não passa de duas

frases consecutivas. Na posição de *O*, portanto, verificamos um fluxo constante de itens lexicais que se referem, dessa forma, à informação *nova*. Podemos verificar essa característica discursiva de *O*, na ocorrência (3), a seguir, na qual os argumentos grifados se referem a *O* e expressam pacientes inanimados como informações *novas*.

(3) *A mulher dava-lhe ordens severas, reclamava defeitos, prometia-lhe pancadas ou dizia não lhe servir almoço.*

(Gallindo, 1994, p.56)

Por outro lado, é assim que justificamos por que Du Bois considera que *S*, à semelhança do que ocorre com *O*, se apresenta também em textos narrativos orais do sacapulteco, geralmente sob forma lexical.

Uma das funções dos sujeitos de verbos de frases intransitivas está associada, na narrativa, à mudança de personagens. Essa mudança de personagens implica introdução de informação *nova*, então os sujeitos de frases intransitivas apresentam-se mais comumente também sob forma lexical. Observamos, respectivamente, nas ocorrências (4) e (5), a seguir, personagens (*Laura/Jack*) e (*um preto grisalho/uma mulher*) que se realizam como *S*, introduzindo informações *novas* em frases contíguas.

(4) *E Laura se aconchegava embaixo das cobertas da cama (...)*
Jack começou a andar de um lado para o outro, diante da porta, rosnando.

(Wilder, Laura Ingalls, 1959, p.12)

(5) *Um preto grisalho vinha, com uma cadelinha no colo. Uma mulher passava, alta, com uma carnação ebúrnea, bela como uma Deusa.*

(Queiroz, 1935, p.236)

A introdução de personagem novo no discurso está ligada ao uso de verbo intransitivo. Entretanto, um verbo

intransitivo pode ser usado sem esse fim discursivo, como observamos em (6).

(6) a) *Alberto voltou guiado pela voz reavivada na antememória. O corpo da mulher nada tinha daquele com o qual ele se sepultara. O tato revelou no encontro dos corpos na cama. O cheiro também era completamente diferente. O beijo, até aquele dado na ponta dos lábios, na despedida, negara-lhé o sabor esperado. Restava a voz. E somente a voz acordava parcialmente seu espírito inerte. Estimulava-o.*

(Gallindo, 1994, p.54)

Essa ocorrência apresenta, em uma frase passiva, pela primeira vez, o argumento lexical não-humano *a voz*; depois esse argumento é mencionado como *S dado*, na frase: *Restava a voz*, e como *A dado*, na frase: *E somente a voz acordava parcialmente seu espírito inerte*. Vemos, assim, que *S* nem sempre introduz informação *nova* e nem sempre introduz um personagem.

Se *S* se relaciona com membros da mesma classe semântica de *A* (humanos), como pode conter mais freqüentemente informações novas, como *O*, do que *A*⁵?

Du Bois (1987, p.831) sugere que a frase intransitiva tem a função de gerenciar o fluxo de informação e, em vista disso, os falantes selecionam verbos intransitivos não necessariamente por seu conteúdo conceptual ou semântico de verbo de apenas um argumento, mas por sua compatibilidade com as restrições do fluxo de informação. Fica claro, assim, que, se um humano, por exemplo, desempenha uma atividade, é mais provável que seja introduzido, no discurso, como *S lexical novo*, e depois, esse personagem, geralmente, será um item considerado como dado na(s) frase(s) seguinte(s). Essa função

⁵ Dutra (1987) observa essa dupla propriedade discursiva de *S* e comenta a esse respeito que a língua portuguesa comporta-se como línguas ergativas que apresentam ergatividade cindida, pois *S* identifica-se com *O*, quando codifica informação nova, e com *A*, quando codifica informação dada.

discursiva de *S*, verificamos na ocorrência (7), a seguir, em que na frase b), *S* introduz o personagem (*Virgínia*) e, nas frases c), d) e e), esse personagem é tido como *dado* e é expresso pela ausência de pronome de terceira pessoa.

(7) a) *Desde que o canto do galo anunciava a volta do amanhecer*, b) *Virgínia se levantava*, c) *Ø ia buscar água na fonte vizinha*, e d) *Ø voltava e) para Ø preparar o almoço.*

(Saint-Pierre, 1988, p.17)

A ocorrência (8), a seguir, também apresenta primeiramente um personagem como *S novo* (*Alberto*) (frase a). Esse personagem, nas frases b), c), d) e e), é evocado como dado pela ausência de pronome de terceira pessoa e pelo pronome de primeira pessoa.

(8) a) *Pela manhã, Alberto levantou-se*, b) *Ø vestiu-se*, c) *Ø beijou a mulher na testa e d) Ø disse e) eu voltarei.*

(Gallindo, 1994, p.54)

Podemos deduzir que assim como há uma restrição que prevê a quantidade de argumentos que tendem a se realizar, segundo seu tipo morfológico, com maior freqüência na frase, há também uma restrição que prevê a quantidade de argumentos que tendem a se realizar, segundo a função discursiva que desempenham, com maior freqüência na frase. Essa segunda restrição foi formalizada por Du Bois (1985 e 1987) como *Restrição de A não-novo*, que é entendida como *Evite mais que um argumento novo por frase*.

De fato, o falante, ao construir as frases de seu discurso, parece decidir primeiro sobre o conteúdo dos argumentos dessas frases para depois, então, escolher a forma de verbalizá-lo. Em outras palavras, o falante parece decidir primeiro se um referente pode ser tratado como *dado* ou *novo*

para em seguida decidir que tipo morfológico deve expressá-lo. Chafe (1976, p.31) já previra que o SN pleno é tipicamente selecionado sempre que o referente expressa informação *nova*.

Evidenciamos, todavia, que o *status* de informação (dado X novo) e o tipo morfológico (lexical X não-lexical) são parcialmente independentes. Se um item é lexical, sua função discursiva poderá, ou não, referir uma informação *nova*, essa, no entanto, só pode ser expressa por meio de um item lexical. Por outro lado, uma informação, se não é nova, poderá ser expressa tanto por meio de um item lexical como por meio de um item não-lexical.

É importante que se diga que a restrição de quantidade que prevê um argumento lexical por frase, por outro lado, está estreitamente ligada à restrição de quantidade que prevê um argumento *novo* por frase, de uma feita que se evita expressar dois argumentos *novos* numa frase, é mais provável que se evite expressar também, numa frase, dois argumentos lexicais. A íntima relação daquelas restrições parece reforçar o fato de que o reconhecimento do estatuto pragmático de *dado X novo* pelo falante se dá antes de ele decidir sobre a categoria morfológica que vai expressar os argumentos.

2 A pesquisa

Em nossa investigação buscamos as orientações de Du Bois para tratar da transitividade verbal na língua portuguesa, em textos escritos na década de 80, de gêneros variados de composição, como dramático, técnico, oratório, jornalístico e romanesco⁶, com a preocupação de observar não só se a EAP da língua portuguesa, que é uma língua nominativa, é a mesma da língua sacapulteco, que é uma língua ergativa, como também

⁶ Os cinco tipos de textos referidos fazem parte do material coletado pelo Departamento de Linguística – UNESP/Araraquara – que é destinado a pesquisas que vêm desenvolvendo-se sobre a língua escrita.

observar se essa EAP é a mesma em textos tanto narrativos orais quanto em textos escritos e de gêneros diversos de composição. O *corpus* compõe-se de 1000 frases. Não obstante a transitividade verbal não se caracterizar como um fenômeno variável⁷, usamos a metodologia da Teoria da Variação (pacote Varbrul, versões 1988/1992), tendo em vista que Sankof (1988a, p.984-85) deixa claro que essa metodologia pode ser usada em qualquer circunstância de análise em que se é possível definir uma variável dependente com duas ou mais alternativas de escolha que apresentam um certo grau de aleatoriedade.

Temos por base para a análise dos dados a seguinte tipologia de textos.

Texto dramático – Reproduz de forma estilizada a fala e, assim, apresenta características da conversação. Os personagens (exceto em caso de monólogo) estão presentificados no momento em que se dá o processo da comunicação. Essa presentificação favorece, dentre outros recursos lingüísticos: a anáfora por elipse e por formas pronominais de terceira pessoa, o uso da primeira e segunda pessoas do discurso, a construção de frases curtas e coordenadas.

Texto técnico – É de natureza dissertativa. Tem a pretensão de fazer o interlocutor *saber*. Evidencia a percepção que o autor tem dos objetos, das pessoas, dos lugares e dos sentimentos. Favorece, assim, o uso da terceira pessoa. Por descrever e explicar assuntos técnicos, recorre mais à substituição e até mesmo à repetição lexicais do que à anáfora por elipse e por formas pronominais de terceira pessoa, para que a progressão textual se realize de forma mais clara e mais precisa.

⁷ As variantes consideradas da variável (categorias lexical X não-lexical bem como funções dado X novo), relacionam-se discursivamente com as funções sintáticas segundo o tipo de gênero de texto. Essas variantes, portanto, não correspondem a um mesmo valor de verdade (Oliveira, 1987).

Texto oratório – É argumentativo, por excelência, faz referência a fatos, a idéias, a conceitos que dêem credibilidade ao assunto discorrido. Tem a pretensão de fazer o interlocutor crer e, assim, busca na força da convicção convencer. É um texto escrito para ser lido a um grupo de ouvintes; assim, é expresso em primeira pessoa e evoca a segunda pessoa do discurso. Pelo fato de o ouvinte ser coletivo e assim intercambiar passivamente com o falante no momento da interlocução, o recurso da substituição e o da repetição lexicais são freqüentemente usados, em vez da anáfora por elipse ou por formas pronominais de terceira pessoa, para que o falante estabeleça a progressão textual de forma mais clara e mais precisa.

Texto jornalístico – É de natureza narrativa. Pretende informar através da notícia. Reporta-se a acontecimentos e, assim, favorece o uso da terceira pessoa. Como seu objetivo é informar, noticiar fatos de forma concisa, sem, no entanto, comprometer a compreensão clara da informação, da notícia, muitas vezes, além da elipse e formas pronominais de terceira pessoa, recorre à substituição e até mesmo à repetição lexicais para estabelecer a progressão textual.

Texto romanesco – Está comprometido com a narrativa de uma estória e, assim, favorece o uso da terceira pessoa expressa tanto por formas lexicais como por elipse e por formas pronominais. A primeira pessoa ocorre, quando o narrador e/ou personagem é/são onisciente(s) e onipresente(s). A primeira e também a segunda pessoas do discurso aparecem com freqüência nesse tipo de texto, quando o recurso do diálogo é usado.

Com base em Du Bois, nesta pesquisa examinamos:

– a *dimensão gramatical*, ou seja, a relação que há entre a função sintática dos argumentos básicos do verbo e a categoria lexical ou não-lexical que os expressa, bem como o número de argumentos lexicais que a frase transitiva tende a

apresentar; testamos, assim, a hipótese referente à Restrição gramatical da EAP da língua portuguesa;

– a *dimensão pragmática*, ou seja, a relação que há entre a informação *nova* e as funções sintáticas dos argumentos básicos, bem como o número de argumentos *novos* que uma frase transitiva tende a apresentar; testamos, assim, a Restrição pragmática da EAP da língua portuguesa.

Não obstante Du Bois (1985, 1987) ter considerado, como pertencentes à classe de sujeito de verbo intransitivo (*S*), os sujeitos de verbos copulativos, consideramos que os sujeitos de verbo intransitivo bem como os sujeitos de verbo copulativo constituem classes distintas de sujeito. Dessa forma, o sujeito de verbo copulativo é simbolizado, nesta pesquisa, por *X*, diferentemente do sujeito de verbo intransitivo⁸, que é simbolizado por *S*.

Esse procedimento segue as considerações de Ashby & Bentivoglio (1993). Esses lingüistas concebem que, sob o ponto de vista do discurso, aquelas duas classes de sujeito desempenham funções discursivas distintas. Os sujeitos de verbo copulativo, diferentemente dos sujeitos de verbo intransitivo, comumente são usados para referir uma entidade já introduzida no discurso, porquanto, já que uma frase copulativa tem a função de predicar uma entidade, esta, raramente é, ao mesmo tempo, predicada e introduzida no discurso⁹. Ashby & Bentivoglio concebem ainda que a operação de predicar parece corresponder a uma contribuição do falante em relação ao

⁸ Dutra (1987) já verificara que *S* constitui uma categoria híbrida e, conseqüentemente, não deve ser analisada como uma categoria unificada como a categoria *A*.

⁹ A categoria *X*, como raramente introduz informação *nova*, assemelha-se, quanto a essa função discursiva, à categoria *A* e não à *S*. Essa é a razão, portanto, que leva Ashby & Bentivoglio a sugerirem que se poderia até parafrasear Du Bois, criando, ao lado da restrição *Evite A novo*, a restrição *Evite X novo*.

ouvinte, porquanto tem a função discursiva de facilitar que o ouvinte processe a informação sobre aquilo que o falante predica do sujeito. A ocorrência a seguir elucida essa característica discursiva da frase copulativa.

(9) *Nasciam em Antares os boatos mais desconhecidos. Ora, um boato é uma espécie de enfeitadinho que aparece à soleira duma porta, num canto de muro ou mesmo no meio duma rua ou duma calçada...*

(Veríssimo, 1976, p.115)

O sujeito *os boatos* foi primeiramente expresso como *novo*, na frase intransitiva: *Nasciam em Antares os boatos mais desconhecidos*; depois o sintagma *um boato* foi referido como *dado*, na frase copulativa: *um boato é uma espécie de enfeitadinho ...*

Selecionamos as frases, observando sua seqüencialidade no discurso, visto a EAP se realizar obedecendo a fatores lingüísticos condicionados discursivamente (ver a seguir).

Tocaia Grande

(a) Prenderam os animais nos mourões fincados no oitão do armazém, (b) tentaram arrombar as portas da frente sem resultado: (c) as trancas de madeira resistiram comprovando a competência de Bastião da Rosa. (d) Deram volta em torno à casa, (e) encontraram a entrada dos fundos, (f) foi bem mais fácil. (g) Depois de Manezinho ter atirado na fechadura sem sucesso, (h) Chico Serra tomou distância, (i) investiu contra a porta com toda a força do corpo, (j) o trinco começou a ceder. (l) Janjão completou o trabalho.

(lit. romanesca)

– A frase (a) é transitiva; apresenta Sujeito não-expresso e Objeto lexical (*os animais*); o Objeto é *dado*.

– A frase (b) é transitiva; apresenta Sujeito não-expresso e Objeto lexical (*as portas*); o Objeto é *dado*.

– A frase (c) é transitiva; apresenta Sujeito lexical (*as trancas de madeira*) e Objeto não-expresso; o Sujeito é *dado*.

– A frase (d) não foi considerada, para efeito de classificação dos dados, por apresentar verbo suporte¹⁰ (*deram volta*).

– A frase (e) é transitiva; apresenta Sujeito não-expresso e Objeto lexical (*a entrada dos fundos*); o Objeto é *dado*.

– A frase (f) é copulativa; apresenta Sujeito não-expresso.

– A frase (g) é transitiva; apresenta Sujeito lexical (*Manezinho*) e Objeto não-expresso; o Sujeito é *dado*.

– A frase (h) não foi considerada, para efeito de classificação dos dados, por apresentar verbo suporte (*tomou distância*).

– A frase (i) é transitiva; apresenta Sujeito não-expresso e Objeto lexical (*contra a porta*); o Objeto é *dado*.

– A frase (j) é intransitiva; apresenta Sujeito lexical (*o trinco*); o Sujeito é *dado*.

– A frase (l) é transitiva; apresenta Sujeito lexical (*Janjão*) e Objeto lexical (*o trabalho*); o Sujeito é *dado*; o Objeto é *dado*.

Como vemos, não há nenhum item novo no excerto “Tocaia Grande”; podemos, no entanto, observar a seguir um trecho do texto técnico “Ondulatória”, do *corpus*, em que se verifica a ocorrência de item lexical *novo*.

¹⁰ Na análise dos argumentos básicos não foram considerados os verbos suportes pelo fato de os SNs objetos desses verbos não servirem a funções referenciais. Esses SNs podem ter outros papéis no uso da língua, como, por exemplo, funcionar junto de determinados verbos para formar predicados, para orientar um evento, ou para classificar ou identificar um referente (Neves, 1994a).

(10) Encontramos, na natureza, diversos exemplos de movimentos de vai-e-vem chamados movimentos vibratórios realizados por pequenos corpos, por cordões, por membranas esticadas, etc.

Essa frase é transitiva; apresenta Sujeito não-expresso e Objeto lexical (*diversos exemplos de movimento de vai-e-vem*); o Objeto é novo.

Lembramos aqui que, na análise da EAP da língua portuguesa, consideram-se textos escritos e não especificamente narrativos, correspondentes à literatura dramática, técnica, oratória, jornalística e romanesca. Verificamos nesses gêneros de texto:

– o percentual e o peso relativo de itens lexicais e não-lexicais que ocorreram nas funções sintáticas de *A*, *S*, *X* e de *O*, para testar-se a *Restrição de A não-lexical*;

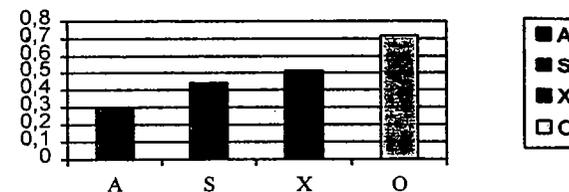
– o percentual de frases transitivas com argumentos lexicais e não-lexicais, para testar-se a *Restrição de um argumento lexical por frase*;

– o percentual e o peso relativo de argumentos que ocorreram como novo relacionados com as funções sintáticas *A*, *S*, *X* e *O*, para testar-se a *Restrição de A não-novo* e a *Restrição de um argumento novo por frase*.

2.1 A Restrição de *A* não-lexical

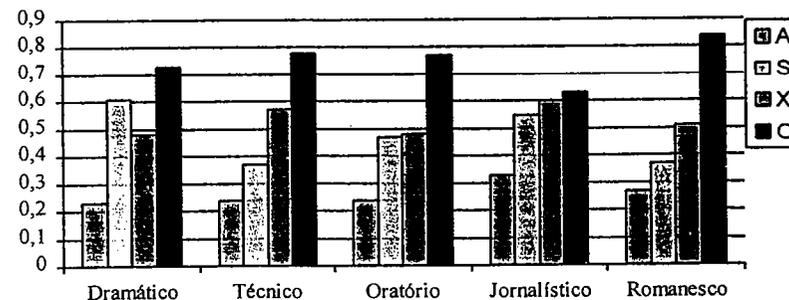
A relação da categoria lexical *X* não-lexical com as funções sintáticas *A*, *S*, *X* e *O*, considerando-se todos os tipos de texto, mostrou que a incidência de item não-lexical, na função de *A* (.30), e de item lexical, na função de *O* (.72), confirma a hipótese que prevê a ocorrência de *A* não-lexical na frase transitiva (Ver figura 1).

Figura 1
Funções Sintáticas dos Argumentos Lexicais em todos os Textos



Considerando os diferentes gêneros de texto de per si, observamos que a distribuição de itens lexicais *X* não-lexicais confirma também a Restrição de *A* não-lexical, havendo, no entanto, evidência dessa restrição mais em uns do que em outros gêneros de texto. O tipo de gênero de texto romanesco (*A* -.27; *O* -.84), por exemplo, foi o que apresentou essa restrição de modo mais evidente e o tipo de gênero de texto jornalístico (*A* -.33; *O* -.63) foi o que apresentou essa restrição de modo menos evidente, que os demais tipos de texto (Ver figura 2).

Figura 2
Funções Sintáticas dos Argumentos Lexicais nos textos Dramático, Técnico, Oratório, Jornalístico e Romanesco



2.2 A Restrição de um argumento lexical por frase

Considerando todos os tipos de texto, vemos também que é mais provável, em textos escritos de diferentes gêneros, falantes da língua portuguesa produzirem estruturas de dois argumentos com apenas um deles preenchido lexicalmente, sendo esse argumento *O* (47%). Os dados confirmam, assim, a hipótese que corresponde à Restrição que prevê um argumento lexical por frase. O percentual de ocorrências que apresentaram *A* lexical/*O* lexical foi (31%), o de ocorrências que apresentaram *A* não-lexical/*O* lexical foi (5%) e o de ocorrências que apresentaram *A* não-lexical/*O* não-lexical foi (14%) (Ver tabela 1).

TABELA 1

Funções sintáticas *A* e *O* com as categorias *lexical* e *não-lexical* em todos os tipos de gênero de texto

Objeto	Lexical (ON)	Não-lexical (OP)
Suj.de trans.		
	Frequência	Frequência
Lexical (AN)	179/565=31%	33/565=5%
Não-lexical (AP)	270/565=47%	83/565=14%
Total	449/565=79%	106/565=18%

Considerando, de per si, os diferentes gêneros de texto, nesta pesquisa analisados, observamos ainda que, em frases de dois argumentos com apenas um deles preenchido lexicalmente, a distribuição de *A* não-lexical/*O* lexical é mais significativa. Os textos de gênero romanesco (*A* lexical/*O* lexical- 24%; *A* não-lexical/*O* lexical- 61%) e de gênero oratório (*A* lexical/*O* lexical - 28%; *A* não-lexical/*O* lexical- 57%) foram os que apresentaram maior evidência desse tipo de ocorrência. O texto de gênero técnico (*A* lexical/*O* lexical - 58%; *A* não-lexical/*O* lexical- 35%) não confirma a hipótese. O texto de gênero jornalístico apresentou dados inconclusivos (*A* lexical/*O* lexical - 38%; *A* não-lexical/*O* lexical - 39%). O texto de gênero

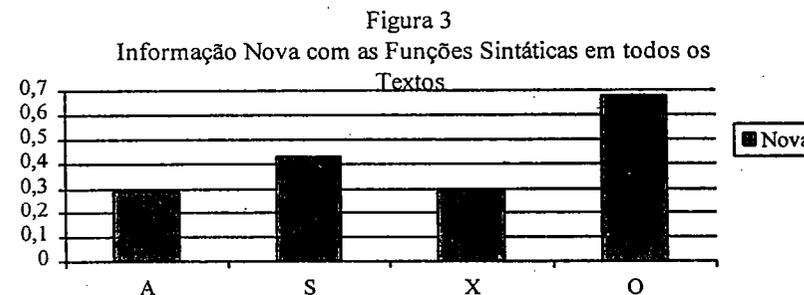
dramático, embora tenha apresentado *A* lexical/*O* lexical - 5%; *A* não-lexical/*O* lexical - 46%, apresenta também dados inconclusivos haja vista ter apresentado o percentual de *A* não-lexical/*O* não-lexical (41%) muito próximo ao do percentual de *A* não-lexical/*O* não-lexical (46%) (Ver quadro 1).

Quadro 1

Tipos de gênero de texto	Hipótese				
	Dramático	Técnico	Oratório	Jornalístico	Romanesco
Em frases transitivas ocorre mais O como único argumento preenchido	Inconclusivo	Não	Sim	Inconclusivo	Sim

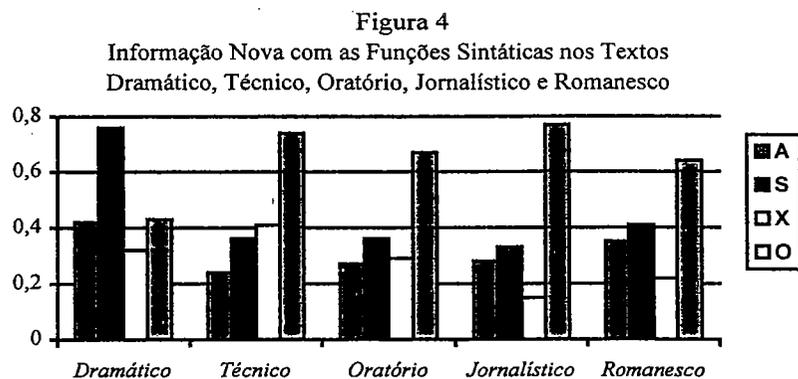
2.3 A Restrição de *A* não-novo e de um argumento novo por frase

Considerando todos os tipos de gênero de texto, os dados demonstraram que apenas *O* (.68) favorece a informação *nova* e que a ocorrência de *S* (.43) está mais próxima de *X* (.29) e de *A* (.29) (Ver figura 3).



Observamos que os gêneros de texto técnico (.74), oratório (.67), jornalístico (.77) e romanesco (.64) confirmam a hipótese de que a informação *nova* ocorre mais em *O*. O texto dramático, por sua vez, foi o único gênero de composição que confirmou a hipótese de que a informação *nova* ocorre em *S*

(.73). A natureza dialógica desse tipo de texto talvez justifique o predomínio de frases intransitivas com informação *nova* (Ver figura 4).



Conclusão

A pesquisa permitiu verificar que em textos escritos não especificamente narrativos, quando considerados conjuntamente, a transitividade verbal na língua portuguesa examinada segundo a EAP apresenta a mesma base discursiva da transitividade verbal observada em textos narrativos orais de línguas ergativas. A modalidade escrita e a modalidade oral de expressão, portanto, não determinam diferenças entre si quanto à base discursiva da transitividade verbal, bem como a natureza nominativa X acusativa e absoluta X ergativa de uma língua. Por outro lado, a pesquisa permitiu afirmar que, confrontando-se diferentes tipos de gênero de textos entre si, sim, observamos mudanças na base discursiva da transitividade verbal na língua portuguesa.

A Restrição de *A* não-lexical foi comprovada em todos os tipos de gênero de texto considerados conjuntamente e separadamente, apresentando-se, contudo, com maior probabilidade de ocorrer em texto de gênero romanesco e com

menor probabilidade de ocorrer em texto de gênero jornalístico. A Restrição de um argumento lexical também foi confirmada em todos os gêneros de textos vistos conjuntamente, no entanto não se verificou em texto de gênero técnico e os dados referentes aos textos de gênero dramático e jornalístico foram inconclusivos. Quanto à Restrição de *A* não-novo e de um argumento *novo* por frase, todos os tipos de gênero de texto vistos conjuntamente confirmaram que *O*, e não *S*, favorece a ocorrência da informação *nova* e que, considerando-se os tipos de gênero de texto separadamente, apenas *O* também favorece a informação *nova* em texto de gênero técnico, oratório, jornalístico e romanesco e *S* favorece esse tipo de informação apenas em texto de gênero dramático.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASHBY, William J., BENTIVOGLIO, Paola. *Preferred Argument Structure in Spoken French and Spanish*. Language Variation and Change, 5, 61-76. Cambridge: University Press, 1993.
- CHAFE, Wallace L. *Givenness, contrastiveness, definiteness, subjects, topics and point of view*. In: LI, Charles (ed). Subject and topic. New York: Academic Press, 1976.
- . "Cognitive constraints on information flow". In: TOMLIN, Russell S. *Coherence and grounding in discourse*. Amsterdam, Philadelphia: University of California, Santa Barbara, 1987.
- (ed.) *The Pear Stories: Cognitive, cultural, and Linguistic aspects of Narrative Production*. Norwood: Ablex, 1980. V.3: Advances in Discourses Process.
- DIK, Simon C. *The theory of functional grammar*. Holland/ Providence: Foris Publications, Dordrecht, 1989.
- DIXON, R. M. W. "Ergativity". *Language*. Baltimore, vol. 55, n.1, p.59-138, 1979.
- DU BOIS, J. W. "Competing Motivations". In: J. HAIMAN (ed). *Iconicity in syntax*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1985, p. 343-65.